

**PODE-SE LEVAR
A SÉRIO O
PISA?**

**O TRATAMENTO
DO TEXTO LITERÁRIO
EM UMA AVALIAÇÃO
INTERNACIONAL**

Série Ideias Sobre Linguagem

Conselho editorial

Antónia Coutinho

(Universidade Nova de Lisboa)

Ecaterina Bulea

(Université de Genève)

Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin

(Universidade Federal do Ceará)

Juliana Alves Assis

(Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Jane Quintiliano Guimarães Silva

(Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Lesley Bartlett

(Columbia University)

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa

(Universidade de São Paulo)

Maria Angela Paulino Teixeira Lopes

(Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Daniel Bart
Bertrand Daunay

**PODE-SE LEVAR
A SÉRIO O
PISA ?**

O TRATAMENTO
DO TEXTO LITERÁRIO
EM UMA AVALIAÇÃO
INTERNACIONAL

Prefácio
Jean-Paul Bronckart

Postácio
Juliana Alves Assis

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bart, Daniel

Pode-se levar a sério o PISA? : O tratamento do texto literário em uma avaliação internacional / Daniel Bart, Bertrand Daunay ; prefácio Jean-Paul Bronckart ; posfácio Juliana Alves Assis ; [coordenação da tradução Celso Fraga da Fonseca]. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2018. – (*Série Ideias Sobre Linguagem*)

Título original em francês: *Peut-on prendre le PISA au sérieux? Le traitement du texte littéraire dans une évaluation internationale*

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-523-3

1. Análise do discurso literário 2. Avaliação educacional 3. Estudantes – Desempenho – Avaliação 4. Linguística 5. PISA I. Daunay, Bertrand. II. Bronckart, Jean-Paul. III. Assis, Juliana Alves. IV. Título. V. Série.

18-17328

CDD-379.15

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso metatextual : PISA : Programa Internacional de Avaliação de Estudantes : Políticas públicas : Educação 379.15

© Direitos reservados para a língua francesa dos autores

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
coordenação da tradução e preparação de originais

Celso Fraga da Fonseca

tradução de

Adilson Ribeiro de Oliveira

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues

Juliana Alves Assis

Maria Angela Paulino Teixeira Lopes

revisão editorial: Mercado de Letras

bibliotecária: Maria Paula C. Riyuzo – CRB-8/7639

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

JULHO/2018

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.

É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Prefácio

A EDUCAÇÃO NO ESPELHO DO PISA 7

Jean-Paul Bronckart

INTRODUÇÃO 13

Primeira parte

O QUE DIZ O PISA? ANÁLISE DO DISCURSO
DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO

1 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PISA 25

2 O DISCURSO DO PISA: UMA EXPOSIÇÃO
EM FORMA DE IMPOSIÇÃO? 39

3 UM DISCURSO DA EVIDÊNCIA 57

4 INTERROGAÇÕES SOBRE UMA
INTERCULTURALIDADE FICTÍCIA 83

Segunda parte
O QUE DIZ O PISA SOBRE O TEXTO LITERÁRIO?
ANÁLISE DO DISCURSO METATEXTUAL DO PROGRAMA

5	OS LIMITES DE UMA ABORDAGEM “UNIVERSALISTA” DO REAL	99
6	A TRADUÇÃO NO PISA: A UNIVERSALIDADE DA AVALIAÇÃO ENFRENTANDO AS PARTICULARIDADES DAS LÍNGUAS <i>Com Chedia Belaid Mhirsi</i>	113
7	O PISA E A AVALIAÇÃO DO PRAZER DE LER: UM TRATAMENTO MIRACULOSO	139
8	A METALEPSE DO LEITOR NO METATEXTO DO PISA	159
	CONCLUSÃO	181
	Posfácio O PISA EM QUESTÃO: A PREMÊNIA DE CONTRAPALAVRAS . . . <i>Juliana Alves Assis</i>	185
	REFERÊNCIAS	189
	ANEXOS	205

Prefácio

A EDUCAÇÃO NO ESPELHO DO PISA

Jean-Paul Bronckart

Nos círculos profissionais que se ocupam da educação e da formação, ninguém pode ignorar verdadeiramente a existência do programa de avaliação PISA, assim como os resultados frequentemente alarmistas que ele produz, e ninguém pode ignorar algumas das críticas que ele provoca. No entanto, os objetivos reais desse empreendimento e o modo como ele é implementado são conhecidos, muitas vezes, apenas superficialmente. Assim, devemos, logo de início, dar as boas-vindas ao relevante e admirável trabalho de Bertrand Daunay e Daniel Bart, que procederam a um exame detalhado de testes do PISA realizados no domínio da literatura, e que também, e acima de tudo, efetuaram uma análise aprofundada dos discursos que o PISA mantém sobre seus próprios objetivos e métodos. Os autores haviam publicado em francês um pequeno livro, parcialmente traduzido na presente publicação, intitulado *Les Blagues à PISA*. Eu o havia encomendado imediatamente, surpreendendo-me com a ironia severa do título, mas a leitura daquele texto, como a deste trabalho, me fez compreender que aquela ironia era, na verdade,

de uma tonalidade moderada e jocosa em face do teor por vezes desconcertante dos discursos que o PISA mantém sobre si mesmo.

Elaborado, organizado e implementado pela *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE), esse programa de avaliação (ao qual nos referiremos, como propõem os autores, pela expressão *o PISA*) se atribuiu, como missão primeira, efetuar medidas das competências adquiridas por estudantes de 15 anos nas áreas de letramento em leitura, em matemática e em ciências; competências cujo domínio seria obviamente exigido desses futuros adultos nas tarefas, particularmente as profissionais, que eles teriam de executar mais tarde. E esse Programa se deu como missão segunda publicar e comentar o conjunto dos resultados obtidos, de maneira que os Estados ou outras entidades sociopolíticas envolvidas tirem daí as conseqüências que se impõem para a melhoria de suas políticas educacionais.

Que os objetos desse programa de avaliação sejam qualificados como *competências* não nos surpreende, à primeira vista, dada a extraordinária proliferação desse termo nos meios da educação/formação, mas podemos nos surpreender, isto sim, com a ausência de uma discussão real sobre o estatuto mesmo do objeto assim designado. Como inúmeros autores efetivamente mostraram, existe uma infinidade de definições das competências, que se diferenciam pelos registros de funcionamento nos quais esses objetos são situados (níveis dos comportamentos, ou das habilidades, ou dos conhecimentos, ou dos raciocínios, ou, ainda, dos esquemas operacionais etc.), por seu caráter, seja *local* (como capacidades articuladas a tarefas ou problemas específicos), seja *global* (como capacidades gerais relacionadas à inteligência prática do sujeito), ou ainda pela sua apreensão como *recursos* já existentes ou, antes, como *procedimentos* que somente se manifestam na ação.

Na retórica do PISA, que Bertrand Daunay e Daniel Bart analisam, os vivos debates envolvendo as questões

relativas ao significado desse termo são completamente evitados, e as competências se apresentam de fato como as “qualidades” mentais ou comportamentais que se esperam de um futuro adulto para que ele seja bem-sucedido em sua vida profissional e, mais especificamente, para que ele seja eficaz em sua(s) situação(ões) de trabalho. As competências concebidas dessa maneira são, então, propriedades ou modos de funcionamento demandados das situações da “vida real”, em que se verifica se os alunos em formação as adquiriram ou não. E essa apreensão das capacidades dos alunos sob o ângulo único de sua adaptação maior ou menor às exigências dos meios econômicos mostra bem que o procedimento do PISA está alinhado com os procedimentos da classe patronal e dos partidos políticos a ela ligados, que visam, no prolongamento das operações de *desregulamentação econômica*, instaurar uma *desregulamentação educacional*, refundando os sistemas de formação em uma lógica de mercado: redefinir as finalidades do ensino em termos de capacidades práticas para exercer uma profissão (“munir-se de uma mão de obra eficaz”), sem mencionar finalidades gerais de socialização e de aculturação até o momento atribuídas ao ensino obrigatório na maior parte das nações de regime democrático.

O determinismo que exercem de fato sobre a educação as necessidades da economia, tais como as que a OCDE e o PISA representam, tem como primeira consequência a ausência de consideração da história das finalidades, dos objetivos e das práticas educativas, ou, por vezes, a “reescrita” orientada dessa história, como o mostram alguns dos comentários do PISA sobre propriedades de currículos escolares anteriores (ver capítulo 3, neste volume). E esse determinismo tem como segunda consequência que as diversidades e as especificidades das múltiplas sociedades e culturas humanas sejam apagadas, ou apareçam apenas como detalhes secundários em comparação com a à universalidade da lógica do mercado. E isso a despeito do fato de que o PISA afirma trabalhar o mais próximo possível do real e da cultura própria dos estudantes de

todos os países envolvidos em seu processo de avaliação (ver capítulo 4).

Bertrand Daunay e Daniel Bart também apontam claramente o caráter artificial de múltiplos comentários do PISA que deveriam, em princípio, pertencer ao discurso científico. Alguns desses comentários consistem em apresentar, sob um verniz científico sentencioso, posições de um senso comum medíocre, relativas à motivação dos alunos, aos papéis dos fatores socioeconômicos, às diferenças de desempenho de acordo com os gêneros etc. Outros apresentam resultados de pesquisas sobre o letramento, sobre a leitura ou sobre a aprendizagem da matemática, como “fatos estabelecidos”, esquivando-se completamente dos debates propriamente científicos que continuam a se desenrolar sobre esses temas, às vezes com pesadas divergências.

Essa forma de argumentação, que contrasta fortemente com formas de raciocínio moldadas por séculos de cultura “clássica” filosófica e científica, tem evidentes afinidades com as formas argumentativas que emergiram nos EUA há algumas décadas, especialmente entre os autores convictos da veracidade revolucionária de suas obras; em Chomsky, por exemplo, muitos de seus textos foram caracterizados por um “discurso da evidência”, tornando dispensável qualquer demonstração empírica real; depois, mais tarde, alguns dos seus discípulos, incluindo Pinker, que, em *O instinto da linguagem*, substituiu a argumentação científica por formas de encantamento que não seriam estranhas em um leilão. De modo análogo, no PISA, a ciência é regularmente apresentada como uma espécie de máquina de produzir progresso, para o bem de todos, mas alguns comentários são ainda mais caricaturais, chegando mesmo a promover o irenismo associal e a-histórico do capitalismo triunfante, como evidenciado por esta declaração do Secretário-Geral da OCDE no prefácio de um relatório do PISA (2009):

O mundo não tem o que fazer com as tradições e as reputações do passado, não perdoa nem a fraqueza nem a complacência e ignora os usos e costumes. Os indivíduos e os países com maior probabilidade de sucesso são aqueles que têm uma grande capacidade de adaptação, que não reclamam continuamente e que estão abertos à mudança. [OCDE 2009, p. 5]

As análises propostas neste livro revelam também uma concepção da linguagem, de seu estatuto e de suas relações com os processos cognitivos, que provém de um senso comum verdadeiramente espantoso, na medida em que ignora completamente as análises e reflexões produzidas pela filosofia e pelas ciências da linguagem desde o *Crátilo*, de Platão. Como mostra particularmente o capítulo 8, muitas unidades do PISA relacionadas com a compreensão leitora são apresentadas e tratadas como se os enunciados de uma língua constituíssem apenas reflexos diretos, ou simples traduções, dos eventos ou estados aos quais eles se referem. O caráter oblíquo da relação que a linguagem mantém com o mundo é completamente ignorado, o que tem graves consequências para as concepções de enunciação, de genericidade e, de maneira mais geral, de literatura, que se manifestam nas questões e instruções relativas à textualidade.

Como os autores do livro repetidamente afirmam, é certamente legítimo e útil proceder a uma avaliação do desempenho dos alunos, acompanhada, se necessário, de comparações internacionais. Esse tipo de empreendimento apresenta, inevitavelmente, diversos problemas técnicos de implementação e de tratamento dos dados, mas estes são também, e acima de tudo, geradores de debates, de aprofundamentos e de reorientações suscetíveis de fazer progredir os conhecimentos no plano científico e no plano didático.

Segundo as análises relatadas neste livro, o PISA, tal como ele se apresenta e tal como difunde e comenta os resultados que alcança, tem pouca utilidade científica

e não tem nenhuma utilidade didática, na medida em que, repisando os clichês pedagógicos tradicionais e os discursos da evidência, ele, de fato, fecha a porta a qualquer debate científico real e a qualquer reflexão séria sobre os dispositivos didáticos que conviria implementar para aumentar a eficiência do ensino.

Portanto, para a questão que se apresenta no título dado pelos autores ao seu trabalho, cumpre responder com um *não* e com um *sim*. Não, nos planos estritamente didático e científico, o *PISA não é sério* e não pode, então, ser considerado como tal. Mas sim no sentido de que esse empreendimento tem severas consequências sociopolíticas, que devem ser levadas a sério e que exigem este sério trabalho de contestação e de resistência para o qual nos convida o notável livro de Bertrand Daunay e Daniel Bart.

INTRODUÇÃO

Anouilh, Dolarhide, Esopo, García Márquez, Molnár, Saint-Exupéry, Tucídides... Eis aqui alguns nomes da literatura que podem ser encontrados nos textos do PISA, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment), desenvolvido pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Ainda que o PISA, em sua abordagem do letramento, não focalize com prioridade a literatura, os textos literários são tomados em suas provas, na avaliação das competências dos estudantes. De fato, entre aquelas que esse Programa pretende avaliar, “a capacidade de interpretar uma linguagem figurada é considerada como um fator importante na interpretação dos textos, e mais especificamente dos textos literários” (OCDE 2012a, p. 204). O objetivo deste livro é exatamente analisar o tratamento que o PISA dá a esses textos, cujo caráter *específico* o Programa diz reconhecer.

Por que dedicar um livro inteiro somente à questão da literatura no PISA, quando esse Programa aborda muitos outros aspectos do letramento em leitura, bem como do letramento em matemática ou em ciências?¹ Para além do

1. Essas expressões são as que o PISA utiliza para distinguir as diversas áreas do letramento que ele avalia.

acaso dos encontros, que permitiu nossa colaboração em torno de nossas especialidades respectivas,² a opção por esse tema se explica por nossa impressão de que, em seu tratamento do texto literário, o PISA condensa muitos dos defeitos que é possível ver em suas publicações, nas quais, em nossa opinião, podem-se facilmente ver muitas *piadas*.³ De fato, no campo da literatura, que tem sido objeto de tantos estudos de alta exigência intelectual, a presunção ou mesmo a arrogância do PISA, em suas afirmações peremptórias, nas quais a inanidade e a autoridade se conjugam, aparece de maneira gritante.

Isso é particularmente verdadeiro quando a literatura é, no PISA, confrontada com a questão do *real*, da vida *real*, aspectos nos quais esse Programa baseia sua abordagem avaliativa das competências, por duas razões: por um lado, porque as competências dos estudantes avaliados são aquelas que, supõe-se, vão confrontá-los com o “real”; por outro lado, porque os testes que os avaliam se pretendem ancorados em situações próximas à “vida real”. Esse *real*, essa *vida real*, que – conforme se verá – marcam o discurso do PISA, assumem uma cor bem particular quando são encarados no contexto da literatura, cuja relação com o real é intrinsecamente complexa, na concepção estética da literatura que predomina desde a era romântica. Parece que o PISA a reivindica à sua maneira – bastante ultrapassada –, quando atribui uma “qualidade literária” a um texto em razão “do uso medido e preciso da língua e da descrição poderosa, mas sutil, do estado de espírito do personagem principal e da evolução de sua reação” (OCDE 2003b, p. 56); no entanto, o PISA frustra constantemente essa concepção de literatura, negando, nos fatos, tanto sua dimensão

-
2. Daniel Bart, especialista em avaliação, e Bertrand Daunay, especialista em didática da literatura, começaram a trabalhar juntos sobre o PISA, há alguns anos, no âmbito de um programa de pesquisa sobre os conteúdos de ensino e aprendizagem em sua equipe de pesquisa (Théodile-CIREL) na Universidade de Lille (França).
 3. Confira nosso último livro, *Les Blagues à PISA* (Bart e Daunay 2016b), que pode ser traduzido como *As Piadas do PISA*.

formal quanto a complexidade do tratamento literário do real, particularmente no caso das ficções.

Se se quer um exemplo disso na abertura deste livro, abramos uma página de um dos volumes de resultados divulgados por ocasião do PISA 2012, intitulado *Encontrando soluções criativas: competências dos alunos na resolução de problemas da vida real* (OCDE 2015a, p. 26). Pode-se ler aí que “no momento atual, no contexto profissional, é indispensável saber resolver problemas que não ocorrem com frequência” (*ibid.*). Essa frase é colocada sob a égide (um pouco inesperada para quem não conhece o PISA) de *Robinson Crusóé* (*ibid.*):

Como Robinson Crusóé, temos de resolver pequenos problemas todos os dias: “Meu celular parou de funcionar: como avisar a meus amigos que vou me atrasar?”; “Esta sala de reuniões está gelada: que interruptores controlam o ar-condicionado?”; “Não falo a língua do país em que faço escala e tenho de mudar de aeroporto nessa cidade. Espero chegar lá a tempo.”

O PISA conclui que “os jovens de 15 anos de hoje são os Robinson Crusóé de um futuro ainda incerto” (*ibid.*). E não há nada, nessa página ou nas que a seguem, que venha questionar minimamente essa identificação tranquila de um personagem de ficção com os “jovens de 15 anos” – tão fictícios, ademais, quando são encarados como uma categoria mundialmente homogênea!

A essa extensão espacial de uma “realidade” reduzida a uma figura fictícia, sob a garantia de uma figura literária, pode corresponder uma extensão temporal, quando um discurso literário antigo é transportado à “realidade” presente, isolado de suas condições sócio-históricas de emergência. Vejamos a esse respeito, na epígrafe da mesma página referida (OCDE 2015a, p. 26), uma citação de Sêneca extraída das *Cartas a Lucílio* (106, 12) – “Non uitae sed scholae discimus” –, que pode ser traduzida

por “Estudamos não para a vida, mas para a escola”.⁴ Compreende-se que, com essa frase, é ilustrada a pretensão do PISA de distanciar-se da Escola, por pretender atingir a *autenticidade da vida real*. Sobre isso resta ainda comentar a estranheza que há em colocar um discurso pretensamente inovador sob o signo de uma sentença muito semelhante a um estereótipo de pelo menos dois mil anos de idade, sobretudo por ela estar em um relatório que trata, dentre outros aspectos, da criatividade dos estudantes...

Nessas duas convocações, em uma só página, de referências literárias, sob o signo de uma leveza que se pretende talvez humorística, aparece o que caracteriza muitas vezes o discurso do PISA, como veremos neste livro: imprecisões, clichês, banalidades, generalidades, bizarrices... Essa única página – que escolhemos, é claro, em razão de seu caráter caricatural – parece ser uma síntese das particularidades de uma boa parte do discurso desse Programa, feita de uma mistura explosiva de afirmações do senso comum e de uma aparente retórica de pesquisa.

Como podemos ver, ao nos debruçarmos sobre o tratamento do texto literário pelo PISA, pensamos poder analisar o funcionamento do discurso desse Programa e mostrar a extensão de suas falhas, que ele se empenha em negar e, em assim fazendo, contribui para agravar. É a esse empreendimento, conduzido com base em numerosos exemplos retirados dos próprios testes de avaliação, os quais constituem o coração do Programa, que este livro é dedicado. Ele entra em uma longa lista de publicações que descrevem, criticam ou exploram esse Programa de avaliação, as quais evocaremos mais adiante. Alguns desses trabalhos tratam mais especificamente da leitura e

4. Sublinhemos o estranhamento produzido pela distorção da tradução proposta pelo PISA (*ibid.*): “[Demasiado frequentemente,] não aprendemos para a vida, mas apenas para a escola”. Essa distorção, em relação à tradução mais esperada, mencionada acima, vai em duas direções opostas, uma vez que a adição de “apenas” reforça a sentença de Sêneca e a de “Demasiado frequentemente” a enfraquece.

questionam a concepção de letramento com que se opera nos testes ou os pressupostos – ideológicos, metodológicos, teóricos – das provas aplicadas. Porém, entre estes, raros são os trabalhos que questionam os próprios conteúdos dos testes, e mais raros ainda os que analisam as modalidades de funcionamento do discurso do PISA. Neste livro, são exatamente essas duas dimensões que estão em jogo. Trata-se, portanto, a nosso ver, de uma questão relevante, ainda que o ângulo de ataque em nosso trabalho possa parecer reduzido.

O livro consiste de uma discussão minuciosa de cada componente do discurso do PISA, em que é sublinhada cada imprecisão, contradição ou zona de sombra. Não se deve ver aí um questionamento do princípio de uma avaliação comparativa internacional e dos desafios educacionais que a motivam. Pelo contrário, é porque os levamos a sério que objetivamos pôr em discussão os problemas, as contradições e os obstáculos revelados, no plano teórico, pelo discurso do PISA e, mais ainda, mostrar o caráter discutível das opções que esse Programa apresenta como naturais e não problemáticas. É precisamente na construção dessa ilusão que reside para nós não apenas a força prática, mas também a insuficiência teórica do PISA.

Deixemos claro que o funcionamento do discurso que descreveremos é o do PISA, entendido aqui como uma instância produtora de um procedimento, de uma metodologia, de um discurso, que ultrapassam as contribuições de pesquisadores e equipes que trabalham nessa avaliação. Assim, neste livro, não nos referimos aos autores efetivos dos documentos do PISA. Esses últimos são apenas uma das engrenagens mais fracas de uma máquina para produzir discurso, porque, de nosso ponto de vista, como veremos neste livro, estamos lidando com um discurso que é gerado quase que automaticamente e que, portanto, não pode ser atribuído a um ou mais autores particulares: de fato, na maioria das vezes, os textos do PISA são anônimos, sendo os redatores identificados em agradecimentos preliminares, mas estes não assinam como

autores. É por isso que sempre dizemos “o PISA” para designar a instituição produtora do discurso.

Essa maneira de designar o PISA como instância é acompanhada da opção por utilizar o artigo definido para evocar o PISA como se terá notado nestas primeiras páginas. Tal opção é consistente com o significado do acrônimo, no qual o *P* inicial significa *Programa*. Mas, se as primeiras publicações próprias do PISA procediam assim, hoje se fala frequentemente de PISA, esquecendo-se daquilo a que remete o *P* inicial. Isso se explica pelo fato de que os responsáveis pelo Programa quiseram privilegiar o acrônimo, cuja sonoridade parece tão boa que se tornou como que um nome próprio, ou mesmo uma alcunha, que torna o Programa familiar a todos. Esse desejo de valorizar um acrônimo se manifesta notadamente na opção por conservar a mesma sigla nas duas línguas oficiais da OCDE (o inglês e o francês), mesmo que sua tradução mude de significado (Programme for International Student Assessment, em inglês, e Programme International pour le Suivi des Acquis des Elèves, em francês). Tanto é assim que, no Brasil, o acrônimo é usado, embora não corresponda exatamente às letras de *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes*.

Este livro questiona, então, o que diz o próprio PISA sobre seus objetivos científicos, sua metodologia de avaliação ou sobre a maneira como ele aborda o texto literário. A análise será apresentada em duas grandes partes: uma primeira, intitulada “O que diz o PISA? Análise do discurso do Programa de avaliação”, e uma segunda, intitulada “O que diz o PISA sobre o texto literário? Análise do discurso metatextual do Programa”. A primeira parte apresentará, de uma maneira geral, as principais características metodológicas do PISA (capítulo 1), discutirá o funcionamento global do discurso do PISA, que produz um efeito mais de imposição do que de diálogo (capítulo 2), exporá uma modalidade singular desse funcionamento discursivo, o discurso da evidência (capítulo 3), e questionará a artificialidade da abordagem intercultural que os textos

do PISA constroem (capítulo 4). Se o tratamento do texto literário é objeto de desenvolvimentos desde a primeira parte, é a segunda parte que será mais particularmente dedicada a essa dimensão: ela evocará o paradoxo de uma concepção universalista do real que emerge em nome de uma abordagem contextualizada do letramento (capítulo 5), examinará a resistência que um trecho de obra literária selecionado para um exercício de compreensão oferece às escolhas de tradução do PISA em diferentes línguas (capítulo 6), descreverá a abordagem milagrosa do prazer da leitura nesse Programa (capítulo 7) e abordará, por fim, os modos de fusão entre a realidade e a ficção, fusão resultante da utilização da literatura nos testes do PISA (capítulo 8). Essas temáticas serão tratadas a partir de quatro textos literários usados como textos-base nas provas do PISA (que serão objeto dos quatro capítulos, respectivamente); o último capítulo analisará também um grande número de extratos do conjunto do *corpus* dos textos literários tornados públicos pelo Programa.

Esse *corpus* de exercícios (ou *unidades*, para empregar o léxico do PISA) reúne o conjunto das unidades publicadas pelo PISA cujo objeto é a compreensão de um texto literário.⁵ Contamos como tais aqueles que o Programa assim designa ou todos os textos narrativos fictícios. A maioria deles são textos de autores conhecidos, exceto um, “A mota”, ficção curta redigida no quadro do programa PISA, que incluímos, é claro. Os textos são, em sua maioria, do século XX (três europeus, dos quais dois franceses, e dois da América – do Norte e do Sul), exceto dois, que nos vêm da Antiguidade: Esopo e Tucídides. Esse último é o único não ficcional (embora o PISA seja ambíguo com relação a esse ponto, como veremos), mas o incluímos em nosso *corpus* em virtude de uma tradição clássica que caracteriza como do

5. O PISA pôde tornar públicas certas unidades que não foram utilizadas para os testes, mas para ensaios de campo, como, por exemplo, a unidade “Um juiz justo”, tomada de empréstimo a um conto de Tolstoi (OCDE 2000, pp. 32-37). Nosso livro não leva em conta esse tipo de unidades.

domínio literário todos os autores da Antiguidade. Note-se que não incluímos em nosso *corpus* os textos literários citados pelo PISA no quadro de seus comentários, como os exemplos que trouxemos nesta abertura, para ilustração de nosso propósito.

As fontes de nosso *corpus* podem ser encontradas na documentação que o Programa divulga por ocasião de cada edição de sua avaliação trienal: relatórios técnicos, volumes temáticos, sínteses de resultados, quadros conceituais. Convém ainda esclarecer que citamos os textos do PISA a partir de sua versão em português, quando existente; caso contrário, recorreremos às versões em inglês ou francês, traduzidas. O Anexo 1 enumera os textos que constituem esse *corpus* assim como as referências de suas fontes (note-se que os outros anexos reproduzem os trechos em que se baseiam as análises da segunda parte do livro).⁶

O livro foi produzido especificamente para sua publicação no Brasil,⁷ mas deve-se notar que ele retoma diversos materiais de nosso próprio trabalho.⁸ Isso pode

6. De maneira mais geral, pode-se consultar, no final deste livro, uma lista de todas as referências dos documentos do PISA que citamos. Além daqueles editados por instituições nacionais (baseados em documentos originais do PISA), os documentos diretamente editados pelo PISA (em francês, em inglês ou em português) são identificados com a sigla OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) ou OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development), segundo o que indicam os *copyrights*.

7. A publicação deste livro faz parte de um intercâmbio internacional entre colegas da PUC Minas (Belo Horizonte), reunidos sob a direção de Juliana A. Assis, e os autores deste livro no quadro de um projeto comum: “Desafios interculturais de avaliações e comparações internacionais em educação: olhares cruzados Brasil-França”.

8. Os capítulos que constituem este livro combinam análises que foram feitas nos seguintes artigos, comunicações ou livros: Bart (2015a); Bart e Daunay (2015, 2016a, 2016b, 2016c, 2017); Bart, Daunay e Belaid Mhirs (2018); Daunay (2017a). A origem do livro e de seus autores explica que as referências bibliográficas sejam essencialmente de língua francesa.

explicar as variações de tom de um capítulo para outro, na medida em que cada capítulo recorre mais a uma determinada fonte que a outra. Assim, se a tonalidade do trabalho é globalmente polêmica, observar-se-á que uma certa neutralidade pode suceder a uma ironia por vezes mordaz, que uma descrição objetiva pode ceder lugar a uma argumentação crítica, em função das diferenças de abordagem que caracterizam os trabalhos usados como fontes para este livro. Pensamos que as sucessivas demonstrações perderiam sua pertinência se tivéssemos procurado harmonizar o tom. Mas essa variedade das formas de discurso não afasta, assim esperamos, a coerência geral do livro.

Resta-nos precisar que esta obra, redigida principalmente em francês, foi traduzida por Adilson Ribeiro de Oliveira, Celso Fraga da Fonseca, Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues, Juliana Alves Assis e Maria Angela Paulino Teixeira Lopes, a quem agradecemos calorosamente pelo que se pode equiparar, na realidade, a uma coescrita; nosso reconhecimento se dirige particularmente a Celso Fraga da Fonseca, que coordenou o trabalho de tradução. Agradecemos igualmente, pela inestimável ajuda na abordagem multilíngue dos textos literários do PISA, a Anne de Cremoux, Benoit Deslandes, Laure Grandperrin e Michèle Falip-Deslandes.

Agradecemos também a Juliana Alves Assis por seu apoio indispensável à realização desta obra (da qual ela redigiu o posfácio) e a Alexandro da Silva, Catherine Mercier, Céline Dubois, Isabelle Delcambre, Marie-Michèle Cauterman e Nathalie Denizot, pela releitura de diferentes partes deste livro em formas anteriores. Manifestamos, por fim, nossos agradecimentos a Maria Elisa Meirelles, da Editora Mercado de Letras, pelo apoio ao longo de todo o processo.